



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 109

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Natálio Stica*  
*Líder da Oposição ..... Durval Amaral*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Antonio Anibelli*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PT ..... Elton Carlos Welter*  
*PDT ..... Barbosa Neto*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Mauro Moraes*  
*PPS ..... Ratinho Júnior*  
*PSB ..... Dr. Luciano Ducci*

## *Representação Partidária*

*PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 097ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE NOVEMBRO DE 2004**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Waldir Leite e Neivo Beraldin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (49). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ângelo Vanhoni (01). Achando-se em licença os Srs. Deputados Luciana Rafagnin, Padre Paulo Campos, Reni Pereira e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 032/2004

Curitiba, 19 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva proceder alterações ao texto da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, a fim de que, feitas as correções e supridas omissões havidas, a referida lei apresente condições de exequibilidade e atinja seus plenos objetivos.

A proposta ora formulada decorre do resultado de estudos conjuntos da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Estado da Educação e o adiante transcrito Ofício nº 0966/04, da Titular da primeira, apresenta justificativa para adoção de tal medida:

“Submeto à apreciação de V. Exa., minuta de projeto de lei complementar que trata da alteração da Lei Complementar nº 103/2004, referente ao Plano de Carreira do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Por ocasião da implantação da Lei Complementar nº 103/2004, em abril/2004, verificou-se falhas formais que impediam a correta implementação dos dispositivos da lei. Sem os dispositivos propostos neste anteprojeto, a lei complementar citada ficaria inviabilizada, por conta das imperfeições verificadas no contexto das regras que estabelece.

O custo estimado com a implantação do anteprojeto de lei é de aproximadamente R\$2,5 milhões/mês, decorrente da aplicação do artigo que trata da exceção do estágio probatório aos professores que ingressaram no último concurso público realizado. Os demais dispositivos da lei tiveram seus custos diluídos quando da implementação do novo plano de carreira.

O referido projeto de lei foi elaborado por comissão composta por representantes da Secretaria de Estado da Educação - SEED e Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, estando, desta forma, em condições de ser submetido à apreciação superior.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR**

Art. 1º - O artigo 11, parágrafo 4º da Lei Complementar nº 103/2004, de 15 de março de 2004, passará a ter a seguinte redação:

“Art. 11 - ...

§ 4º - A promoção prevista no inciso IV ocorrerá dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, com normas de progressão disciplinadas mediante lei específica e remuneração paga a partir da data da Certificação no PDE.”

Art. 2º - Fica acrescido de parágrafos 6º e 7º o artigo 11 da Lei Complementar nº 103/2004 com a seguinte redação:

“§ 6º - Não poderá ser promovido o professor em estágio probatório, aposentado, em disponibilidade ou em licença para tratar de interesses particulares.

§ 7º - Fica excluído da proibição estabelecida no parágrafo anterior, podendo participar dos processos de promoção e progressão, o professor em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, com aulas extraordinárias, não incluídas em cálculo de proventos de aposentadoria de outro cargo, ou contratado pela CLT, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO, desde que somado todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data da sua promoção.”

Art. 3º - Fica extinta a gratificação de atuação no Ensino Especial prevista no artigo 27, II da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

§ 1º - Aos professores em atividade de docência no Ensino Especial, que na data da promulgação da presente lei, percebem a gratificação de 50% prevista no dispositivo de que trata o *caput* deste artigo, fica assegurada a continuidade dessa gratificação enquanto permanecerem no exercício dessas atividades especiais.

Art. 4º - O artigo 36 da Lei Complementar nº 103/2004 passará a ser constituído dos parágrafos 1º e 2º, com o seguinte texto:

“Art. 36 - ...

§ 2º - Os professores com regime de trabalho de 30 horas semanais serão enquadrados na tabela de 20 horas, percebendo vencimentos proporcionais àquela jornada, podendo optar por alteração de regime de trabalho, nos termos do artigo 29.”

Art. 5º - Aos professores pertencentes ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, fica assegurado o enquadramento, conforme anexos I e II desta lei.

§ 1º - O vencimento do professor enquadrado, pertencente ao Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo terá efeitos financeiros calculados proporcionalmente à carga horária, conforme se trate de Licenciatura Plena - Nível I, Classe 2; Licenciatura Curta - Nível Especial 2, Classe 2 ou; Não Licenciado - Nível Especial I, Classe 1, previstos no Quadro Próprio do Magistério, ficando incorporada a diferença de vencimento existente.

§ 2º - Os vencimentos do Professor Regionalista e do Professor Sem Habilitação do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo serão aqueles constantes do Anexo II, referências 1 a 11, conforme o caso.

§ 3º - Os servidores mencionados nos parágrafos 1º e 2º deste artigo farão jus ao recebimento do auxílio transporte de que trata o artigo 26 e as gratificações con-

tidas no artigo 27, da Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

Art. 6º - Fica revogada a gratificação especial por assiduidade concedida pela Lei nº 14.070/2003 aos Professores e Especialistas em Educação do Magistério Público Estadual, integrantes do Quadro Próprio do Magistério e do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 7º - O artigo nº 46 da Lei Complementar nº 103/2004 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 46 - O Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei, revogando-se os artigos 10, 11, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 56, 61, 71, 72, 75, 76, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, a Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981, o artigo 1º da Lei Complementar nº 16, de 08 de julho de 1982, a Lei Complementar nº 31, de 11 de dezembro de 1986, o artigo 1º da Lei Complementar nº 33, de 11 de dezembro de 1986, o *caput* do artigo 1º da Lei Complementar nº 34, de 11 de dezembro de 1986; a Lei nº 10.051, de 16 de julho de 1992, o artigo 6º da Lei Complementar nº 75, de 11 de janeiro de 1995, a Lei nº 14.070, de 04 de julho de 2003 e a Lei Complementar nº 101, de 14 de julho de 2003.”

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de abril de 2004.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 033/2004

Curitiba, 19 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignação em folhas de pagamento de militares e de servidores civis.

O plano de lei em referência é necessário e oportuno, eis que visa permitir a inclusão no rol dos consignatários em folhas de pagamento dos servidores públicos, descontos em favor de Cooperativa de Crédito Mútuo.

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, ao propor a medida em causa, através de expediente a mim dirigido (prot. nº 8.347.217-0), apresentou a justificativa, que segue adiante transcrita, onde estão contidos mais detalhados esclarecimentos quanto a conveniência de ser adotada:

“A Lei nº 13.740/2002, atualmente em vigência, não permite que Cooperativa de Crédito Mútuo seja consignatária em folha de pagamento de militares e servidores públicos estaduais.

A proposta do presente anteprojeto de lei prevê a possibilidade de Cooperativa de Crédito Mútuo do servi-

dor público estadual consignar em folha de pagamento operações financeiras de empréstimos e mensalidade de cooperado.

Dessa forma, o Governo pretende oferecer o benefício do cooperativismo aos servidores, com possibilidade de operar a carteira de empréstimo a juros menores dos praticados no mercado, livrando o cooperado da exploração decorrente da agiotagem.

Consta ainda do projeto, a restrição do termo “outros descontos”, constante no inciso VIII, do artigo 2º, da Lei nº 13.740/2002, considerando que a abrangência do termo descaracteriza a real intenção de benefício da consignação em folha de pagamento do Governo do Estado.

A proposta prevê, também, a revogação do parágrafo único do artigo 3º: “Parágrafo Único. O servidor ocupante de cargo em comissão sem vínculo a cargo efetivo e o servidor contratado por prazo determinado, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, podem consignar desde que o pagamento seja em parcela única”. Assim, o servidor ocupante de cargo de provimento em comissão, sem vínculo efetivo e o servidor contratado por prazo determinado, sob regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, poderão usufruir dos benefícios oferecidos pelo sistema de consignação.

Esses são os pontos a serem alterados na Lei nº 13.740/2002, referentes à consignação em folha de pagamento, que devem contribuir quanto ao papel do Estado frente às novas necessidades dos servidores, na busca da qualidade dos Serviços Públicos prestados à população paranaense.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os incisos VIII e IX, do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, passam a ter a seguinte redação:

“VIII - mensalidade de cooperativa de crédito mútuo de servidor público no Estado do Paraná, associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná;

IX - auxílio financeiro de associação assistencial e sindicato legalmente reconhecido como organização representativa de classe de militar e de servidor público estadual do Paraná, ou empréstimo de instituição bancária, financeira, cooperativa de crédito mútuo e de entidade aberta de previdência privada;”

Art. 2º - Fica revogado o parágrafo único, do artigo 3º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002.

Art. 3º - A presente lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 034/2004

Curitiba, 19 de novembro de 2004.

Senhor Presidente:

Em conformidade com o preceito contido no artigo 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para a elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de faixa de terreno de 13,00m por 32,00m, totalizando 416,00m² (quatrocentos e dezesseis metros quadrados), em imóvel de propriedade do Estado do Paraná, cuja área global é de 1.738,62m², no Município de Curiúva, conforme Matrícula nº 7.535, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida ora proposta consulta plenamente ao elevado interesse público, tendo em vista que, na área a ser cedida, a SANEPAR irá instalar reservatório de água tratada, obra que possibilitará sensíveis melhorias na qualidade e fornecimento do precioso líquido aos consumidores. O plano de lei em referência contém dispositivo expresso de que, caso haja descumprimento das finalidades da cessão, tal imóvel será retomado pelo cedente.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Cessão de Uso, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de faixa de terreno de 13,00m X 32,00m, totalizando 416,00m², dentro de imóvel pertencente ao Estado do Paraná, cuja área global é de 1.738,62m², no Município de Curiúva, conforme matrícula nº 7.535, no Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º, desta lei deverá ter exclusiva utilização para a construção de reservatório de água tratada, sendo retomado pelo cedente, caso se comprove a alteração da finalidade aqui expressa ou a exclusividade de sua utilização pela SANEPAR.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

Sob os nºs CTL/CC/195 e 198/2004, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os projetos de Lei nºs:

220/2004: De autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que instituiu no calendário oficial do Estado do Paraná, a Semana de Doação de Sangue, a ser realizada anualmente, tendo como referência a data de 25 de novembro, dia do Doador de Sangue, o qual foi convertido em Lei nº 14.528. **Anote-se - archive-se.**

319/2004: De autoria do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 575.186,00, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 14.529. **Anote-se - archive-se.**

289/2004: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Sabáudia, o qual foi convertido em Lei nº 14.530. **Anote-se - archive-se.**

Sob os nºs 176 e 177/2004, do Sr. Marcos Chagas Gomes, Coordenador Geral da CGFNAS, informando transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social, para manutenção dos Serviços Assistenciais, de Ação Continuada e Abrigo/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº CTL/CC197/2004, do Sr. Caíto Quintana, Chefe da Casa Civil, restituindo os Projetos de Lei nºs 270, 271, 272, 273 e 284/2004. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente indicamos o ilustre Deputado Neivo Beraldin, para presidir a CEI para investigar os problemas ocorridos na orla marítima do litoral, com o desastre do navio no Porto de Paranaguá, tendo como Vice-Presidente o Deputado Natálio Stica e Relator Deputado Ailton Araújo.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(aa) NEIVO BERALDIN

AILTON ARAÚJO

NATÁLIO STICA

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 2070

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a diminuição de interstício para a real-

ização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 de novembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária de quarta-feira.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2071

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

### REQUERIMENTO Nº 2074

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no artigo 54, inciso XXXIII da Constituição Estadual e no artigo 97, inciso I e II, parágrafos 1 e 2º do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, após ouvido o douto Plenário, seja convocado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão Plenária da próxima segunda-feira, dia 29 de novembro, o Sr. Airton Carlos Pisseti, Secretário de Estado da Comunicação Social, para que preste esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas no jornal Gazeta do Paraná, na edição do último domingo, dia 21 de novembro, na coluna do jornalista Ogier Buchi, sobre suposta cobrança de “pedágio” para os veículos de comunicação do Estado do Paraná, conforme discurso proferido na tarde de ontem pelo ilustre Deputado Valdir Rossoni.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

### REQUERIMENTO Nº 2076

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja procedido convite a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão de terça-feira, dia 30 de novembro, os Srs. Airton Carlos Pisseti, Secretário

de Estado da Comunicação Social e Ogier Buchi, colunista do jornal Gazeta do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(aa) BARBOSA NETO

LUIZ CARLOS MARTINS

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO Nº 2078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Pastor Silvio Ferreira Pimenta, em comemoração dos 31 anos de pastorado e 1º ano na presidência da Igreja Assembléia de Deus em Toledo.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2068

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Exmo. Sr. Renato Guimarães Adur, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de encaminhar recursos financeiros para a realização de obras de reparos do calçadão de Matinhos a Caiobá, que está totalmente abandonado e destruído devido as fortes ressacas e ondas ocorridas recentemente no Município de Matinhos.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2077

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado expediente ao Secretário da Comunicação Social, Sr. Airton Carlos Pisseti, solicitando que seja enviado a esta Casa relação de Rádios e seus respectivos proprietários que receberam recursos dessa pasta do Governo anterior e quais são os Deputados proprietários de Rádios que receberam os referidos recursos.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 440/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche CEMIC Pingo de Gente, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Av. Goiânia nº 3434, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche CEMIC Pingo de Gente, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 441/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Casa do Leite, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Bandeirantes nº 4210, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche Casa do Leite, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 442/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Inácia Dutra Duarte, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Nereu Ramos nº 3203, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche Inácia Dutra Duarte, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 443/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche São Cristóvão, Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NELSON GARCIA

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Santa Clara nº 2413, em Umuarama, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos de caráter filantrópico e de assistência social.

A Creche São Cristóvão, tem por objetivo a integração da criança carente na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem-estar e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 444/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado de Escola Estadual Carmem Boazar de Lima, a unidade nova do Recanto das Águas, estabelecimento educacional localizado no Município de Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da Unidade Nova do Recanto das Águas para Escola Estadual Carmem Boazar de Lima.

O Município de Piraquara, seus munícipes e os moradores da região, temos a certeza, ficarão muito orgulhosos com a homenagem que ora propomos.

Carmem Boazar de Lima, nasceu na Cidade de Paranaguá e exerceu várias atividades ligadas à Educação, começando como professora primária no Grupo Escola Manoel Eufrásio, Secretária e Diretora do mesmo grupo escolar, sempre com muita dedicação, procurando beneficiar a comunidade escolar do município e região.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação do presente plano de lei.

**PROJETO DE LEI Nº 445/2004**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam obrigadas ao registro, junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, as empresas comerciais que procedam ao comércio de resíduos de cabos de cobre e alumínio, em pedaços ou granulados, além de sucata desses materiais, bem como os Ferros Velhos, reciclagens e estabelecimentos comerciais assemelhados, para que possam comprovar sua origem.

Parágrafo Único - O registro de que trata este artigo, será efetuado na Capital junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, e nos Municípios junto às Delegacias de Polícia.

Art. 2º - O registro dos estabelecimentos comerciais de que trata esta lei, será feito mediante a exibição e depósito do contrato social, bem como do rol integral dos empregados e ajudantes a eles vinculados, em caráter permanente ou eventual.

Parágrafo Único - Sempre que ocorrer qualquer alteração no quadro de empregados, o responsável pelo estabelecimento deverá fazer comunicação à autoridade competente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º - Após o deferimento dos registros dos estabelecimentos de que trata esta lei, junto ao órgão competente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, será entregue ao interessado documento padronizado e numerado com probatório do registro.

Art. 4º - As infrações de qualquer dispositivo desta lei, sem prejuízo das sanções criminais cabíveis, serão aplicadas por penalidades de multa, através de resolução a ser baixada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, 30 (trinta) dias após a publicação desta lei, que estabelecerá também as demais normas reguladoras para aplicação desta.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.11.2004.

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

O setor energético, que engloba desde a produção de energia, até a distribuição e sua utilização pelos consumidores, sempre ocupou uma posição estratégica e fundamental dentre os setores de produção, devido à grande influência que exerce sobre a economia dos Estados. Este setor sempre esteve intimamente ligado ao desenvolvimento econômico e ao progresso, que são os alicerces básicos para proporcionar o bem-estar social e o conforto da população.

Portanto, o setor energético é de fundamental importância para nosso país e principalmente para o Paraná, que vem demonstrando um vultoso crescimento de sua economia nos últimos anos, com taxas de crescimento bem acima da média nacional.

Entretanto, o quadro atual em que se encontra o setor energético e de telecomunicações em nosso País e no Paraná, com respeito à segurança, causa grande preocupação no setor.

Por conta de furtos e fraudes, que objetivam principalmente os fios e cabos de cobre, as distribuidoras brasileiras deixaram de receber quase R\$ 3,6 bilhões em 2003 pelo consumo não pago de energia, quantidade suficiente para satisfazer o gasto anual dos 3,2 milhões de consumidores atendidos pela COPEL no Paraná, dados estes divulgados pela própria empresa.

Além de prejudicar o abastecimento e causar apagões, o prejuízo financeiro com os furtos é muito grande. Em 2003, foram gastos mais de R\$ 10 milhões com a reposição do material furtado das 12 maiores empresas do mercado consumidor de eletricidade no país, num total de 1,5 mil quilômetros de cabos condutores e outros equipamentos, chegando a 50 mil ocorrências no Brasil, segundo o jornal Folha de Londrina.

Em dois anos, segundo estudos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o que foi roubado em condutores daria para ir e voltar de Porto Alegre (RS) a Belém (PA). Chegam a ser roubados 10 mil cabos

telefônicos por ano, de onde os ladrões extraem 2 (duas) mil toneladas de cobre.

No Paraná, nesses dois anos foram roubados 70 mil quilos de condutores de cobre, o equivalente a R\$ 490 mil.

Somente em Curitiba e Região Metropolitana, de acordo com o setor de manutenção eletromecânica da COPEL, foram gastos do dia 13 de maio deste ano até agora, R\$ 49.000,00 em manutenção e reposição dos cabos. Além desses, tampas de alumínio e hidrômetros também não vem sendo poupado. Em 2004, até o mês de julho, foram registradas nessa região 668 ocorrências, totalizando um prejuízo à COPEL de R\$ 2,6 milhões entre 2003 e 2004.

O problema vem se agravando de tal forma, que diretores de companhias de geração e transmissão de energia elétrica de vários Estados brasileiros e também da Argentina e Paraguai, reuniram-se em Curitiba no início deste mês para discutir soluções para o assunto em pauta.

Fica claro, portanto, que a única maneira de coibir esta prática, é fechar o cerco aos receptores de alumínio e cobre, que são os principais motivos pelos quais têm ocorrido os grandes roubos de fios e cabos.

Assim sendo, tanto as empresas dos setores energéticos e de telecomunicações, como também a população do Paraná, anseiam por providência das autoridades do Estado, diante desse problema, que tantos prejuízos tem causado à sua população.

Portanto, este projeto de lei tem por finalidade, coibir a prática de furtos e roubos de cabos e fios elétricos e telefônicos, para que as grandes quantias em dinheiro gastas com os prejuízos causados por estes, possam ser investidos na melhoria e crescimento desses serviços à população do Paraná.

#### O SR. PEDRO IVO ILKIV (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Gostaria de justificar a ausência do Padre Paulo e da Deputada Luciana que estão com a Comissão da CPI da Terra em visita a vários Municípios.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à primeira oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

#### A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, visitantes.

Queria agradecer a presença da Maria Goretti, do David Lopes, Presidente da organização não governamental "Espaço Mulher", da coordenação colegiada do Comitê Multipartidário das Mulheres do Paraná e a Maria Lucia Gomes, também do Comitê Multipartidário das Mulheres. Também estamos vendo aqui o nosso Secretário Romanelli que visita a Casa. Seja muito bem-vindo.



Passei em todas as Bancadas, para todos os Deputados, uma questão que é de responsabilidade de todos, que é a violência contra a mulher em nosso País. Amanhã participaremos de uma videoconferência, aqui na Casa, com a participação do Conselho, as Deputadas Cida Borghetti, Arlete Caramês. Seria interessante que todos participassem dessas conferências, pela manhã, das 08h30 às 09h45, em rede nacional. Aqui da Assembléia Legislativa nós vamos estar discutindo com a Secretária Especial de Políticas Públicas, Nilceia Freire; autoridades do Ministério da Justiça, Luiz Fernando Correia, da Secretaria Especial de Segurança Pública e Cláudia Chagas, secretário Nacional da Justiça. Então, vamos estar num debate através de uma teleconferência.

E amanhã, o Conselho Estadual da Mulher do qual esta Deputada é Presidente, vamos estar participando num dia de reflexão, porque o dia 25 de novembro foi declarado o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O 1º Encontro Feminista Latino-Americano no Caribe, Bogotá, em 1981 em memória de duas companheiras conhecidas como “Irmãs Mirabel” que foram assassinadas pela ditadura de Leônidas Trugilo da República Dominicana. Em março de 89 a data foi reconhecida pelas Nações Unidas como o Dia Internacional Pela Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Então é um dia importantíssimo, não só para as mulheres do mundo todo, mas para homens e mulheres que sonham com uma sociedade justa. Esse é um marco importante para a nossa sociedade que caminha rumo à equidade social, econômica, cultural e de gênero.

Portanto, amanhã vamos estar participando, com a TV Educativa, num debate para discutir essa questão que ainda é uma vergonha e uma mazela nacional e internacional.

A mulher brasileira nos espaços públicos e privados através de uma pesquisa realizada pela Fundação Perceel Abrano estima-se que dois milhões e cem mil mulheres são espancadas por ano no Brasil, sendo 175 mil por mês, dando uma média de 5.8 mil por dia. 243 mulheres por hora são espancadas e violentadas em nosso País, quatro por minuto, uma a cada quinze segundos! Esse período que falei aqui, vocês podem fazer um cálculo e ver o número de mulheres espancadas, violentadas, agredidas que está acontecendo no Brasil neste momento.

Desde a década de 70, nós do Movimento de Mulheres vimos priorizando a discussão do combate à violência de gênero. Esse tem sido um trabalho nosso contínuo, permanente, mas que exige uma vigilância constante porque a cada passo que damos para a frente, precisamos ficar antenadas e vigilantes para não voltarmos à estaca zero.

Nada é garantido nesta luta, e inúmeras vezes nós vemos arrancadas as sementes plantadas por nós, mas não esmorecemos e continuamos plantando estas sementes arrancadas pelo sistema e pelo modelo de sociedade machista e preconceituosa.

Esta é uma persistência que nos permite hoje colher alguns importantes resultados: comover o Governo Federal, o Governo Estadual e muitos Governos Municipais se comprometendo na luta pela eliminação da violência contra a mulher. Isso é uma questão de reflexão e responsabilidade, inclusive nossa aqui da Casa, que fazemos leis.

Então, nós do Conselho Estadual da Mulher, temos um compromisso com esta questão, estamos organizadas e trabalhando em fluxos sistematizados para, em rede, avançarmos nas intervenções com relação à prevenção da violência contra a mulher, para assegurar acesso aos serviços gratuitos, jurídicos, incluindo ainda a criação de núcleos de defensoria pública específicos para mulheres, casas-abrigos, delegacias de atendimentos especializados e de referência de atendimento à mulher em situação de violência.

O Conselho tem um trabalho grande neste sentido. Apresentou várias propostas ao Governo Federal para que ele, através das nossas propostas aqui do Paraná, transforme em políticas públicas, mas nós sentimos ainda um descaso na sociedade brasileira, tipo assim: “em briga de marido e mulher não se mete a colher; nós não temos nada a ver com isso; isso não é problema nosso, é problema privado e não problema público; não é problema social e o Estado não deve gastar dinheiro com chique de mulher”. Infelizmente isso é ainda muito que ouvimos, salvo exceções, inclusive um grande número de companheiros da Casa tem nos auxiliado, prestigiado, nos apoiado nas nossas discussões relativas à questão da mulher.

Amanhã é o Dia Internacional de Luta pela Não Violência à Mulher e o Conselho vai estar desenvolvendo várias ações, inclusive através das rádios, TV Educativa e outras manifestações que acontecem na cidade, no Paraná, no Brasil e no planeta, em relação a este tema.

Muito obrigada.

#### A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Gostaria de parabenizar a Deputada Elza Correia, que também preside o Conselho Estadual da Mulher, toda a sua diretoria, o Fórum Popular de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, seção Paraná, que gentilmente nos proporcionaram este folder explicativo e reivindicando melhorias na qualidade de vida às mulheres.

Quero registrar aqui, Sr. Presidente, que a violência às mulheres, às mães, às nossas adolescentes, tem aumentado muito. Gostaria de comungar aqui, Deputada Elza, com algumas ações que este Fórum vai estar debatendo no dia 25, amanhã, portanto: assegurar às mulheres vítimas de violência uma atenção jurídica criando estes núcleos de defensoria pública especificamente para as mulheres, bem como a criação das casas-abrigo para as mulheres e crianças vítimas de violência, seja na sua residência, no local de trabalho ou na rua. Isto é necessário, as mulheres precisam desta atenção especial.

Quero registrar aqui também o carinho que recebemos de nossos colegas Deputados. Somos quatro mulheres. Deputadas Elza, Arlete, Luciana, mas temos aqui 50 grandes homens e companheiros que no tocante à defesa da mulher estão sempre prontos a atender.

Queria deixar aqui registrado e dizer não à violência contra a mulher.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos nos encaminhando para o fim do ano legislativo nesta Assembléia e nós não podemos deixar de utilizar esta tribuna para nos posicionarmos contra algumas mazelas que infelizmente ainda existem, nesses dois anos de Governo.

Tivemos, nesta semana, o anúncio do abono emergencial no ordem de trezentos reais para os servidores das instituições de ensino superior do Estado do Paraná. O nome já diz, é um socorro imediato para uma categoria que vem sofrendo com nove anos de descaso pelo último Governo Jaime Lerner, mas que também neste atual Governo já poderia ter sido aquinhoadada com respeito, por parte do Governo do Estado, que acabou não acontecendo.

Subo à tribuna na tarde de hoje para chamar a atenção, já que este abono não pode desmobilizar a categoria. Não há motivo algum para comemoração. Esses trezentos reais não serão incorporados aos salários dos servidores. Aqueles que estavam recebendo verdadeiras esmolas por parte do Governo do Estado, estão satisfeitos temporariamente, mas o Governo esqueceu-se ou fez de propósito, eu não sei, dos docentes, aqueles que também estão nessa mesma situação e também estão nessa mesma situação e também os servidores querem, na verdade, o PCCS, a implantação do Plano de Carreira, Cargos e Salários que vai, sem dúvida nenhuma, enquadrar as funções e valorizar, acima de tudo, essas categorias que estão totalmente esquecidas por parte do Governo do Estado.

Sras. e Srs. Deputados. Será que o Governo do Estado está propositalmente investindo num processo orquestrado de desconstrução do ensino superior no Paraná? Eu quero crer que isso não seja verdade, mas nós vemos, por exemplo, Deputado Ailton Araújo, um professor assistente, que tem 20 horas de dedicação, com 16 anos de casa, no quarto nível da sua função, com Mestrado, com três especializações, recebendo mil reais por mês! Será que isso é respeito a uma categoria que tem a nobre missão de formar futuros profissionais que estarão servindo ao nosso Estado e ao nosso país? A evasão de docentes é a consequência nefasta desse tipo de atitude por parte do Governo do Estado. Veja que nós

estamo perdendo profissionais para as Universidades Federais, para as Universidades de São Paulo que pagam quase o dobro do que recebem esses profissionais que até pouco tempo atrás, percebiam os melhores salários do nosso País!

Eu venho de uma Universidade, a Universidade Estadual de Londrina, onde eu tive a honra de me formar e que foi considerada uma das melhores ou a terceira melhor do País, e agora, infelizmente, está sofrendo com a perda de profissionais que faziam trabalhos louváveis na área de pesquisa, de extensão, dando um retorno não só financeiro e econômico para o Estado mas principalmente, com um ganho de instrução na área da cultura, da tecnologia. Perdemos um ativo tecnológico que talvez jamais poderá ser reposto nas nossas Universidades.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Consulto V. Exa. se usaria o Horário da Liderança do PDT?

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, usarei o Horário da Liderança.

Eu vejo que nós estamos realmente num momento muito crítico, em relação a tudo isso, quando está se discutindo nesta Casa de Leis, o orçamento para o ano de 2005. Eu me preocupo ainda mais porque o Governo destinou, para as instituições de Ensino Superior, um Orçamento, Deputado Durval Amaral, inferior em 18 milhões ao que já deu esse ano no Orçamento de 2004.

Isso inclusive é inconstitucional. Não se pode diminuir, principalmente na área de educação, esse tipo de investimento. Em contra-partida, estamos vendo que só para a área de publicidade o Secretário Ailton Pisseti, sobre o qual pairam dúvidas gravíssimas sobre a sua conduta à frente a pasta de Comunicação Social, terá algo em torno de 90 milhões de reais.

Segundo diz a Folha de Londrina de hoje, “seria para dar dinheiro para os Deputados que têm emissoras de rádio, no interior ou aqui mesmo nesta Capital”. Realmente uma acusação gravíssima que merece ser aprofundada por esta Casa, até mesmo num convite ao Secretário Ailton Pisseti, para que ele venha se defender dessas denúncias gravíssimas que pairam contra a sua atuação perante a esta Pasta.

O Governador Roberto Requião que é uma pessoa sensível, pelo menos teve o apoio maciço dos professores. Aliás, esse apoio é emblemático. O que dizem os nobres docentes que hoje estão em situação de dificuldade, tendo que fazer outros trabalhos para manterem os seus ganhos ou para aqueles que estão indo embora, até, “vão-se os cérebros e ficam as cabeças ocas”.

Será que esse tipo de confirmação é digno de um Governador que se diz preocupado com o ensino, com a educação, com a pesquisa, com a extensão, com a formação dos nossos jovens e com o preparo desses professores?

Já perdemos aqui, segundo dados dos sindicatos das Universidades de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa, de Guarapuava, de Cascavel, mais de 100 profissionais com títulos de graduação, de especialização, de mestres, de doutores, para as universidades, para a aposentadoria, inclusive, e até mesmo para a iniciativa privada.

Será que nós vamos ficar calados também diante dessa situação de extrema gravidade que nós estamos levantando aqui, ou nós vamos continuar acreditando, que esse processo de desconstrução das nossas universidades é irreversível?

Vejam o que diz aqui o e-mail do Professor Fábio César Martins, do Departamento de Computação da Universidade Estadual de Londrina.

“Feliz 2005, Requião 2006 está chegando e a resposta vai ser no voto. Gostaria de ressaltar também que o SINDIPROL não está fazendo nada pela classe docente. promessas e promessas inclusive com uma postura diferente da adotada em gestões anteriores”.

Agora eles são governos e aí a história é outra, infelizmente. Daqui a pouco nesta Casa nós vamos votar o aumento de mais de 100% para os Secretários do Governo Roberto Requião. Será que isso é justo!

Eu terei coragem de sair á rua, de ir à feira-livre, ai supermercado de cabeça erguida, pois não vou votar nesse aumento escorchant e abusivo, na calada da noite, no final dos nossos trabalhos!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje, para relatar à Casa que hoje, às 18h00, a Comissão Especial criada por esta casa vai se reunir em Paranaguá para discutir e saber o que foi feito até agora sobre o acidente do navio e qual é o plano que têm as empresas responsáveis para limpeza, a APPA, a Defesa Civil. Estão convocados para essa audiência às 18h00 nas Administração do Porto de Paranaguá e Antonina o Dr. Eduardo Requião, Diretor Superintendente da APPA; Sebastião Garcia, representante do IAP; Lúcio Domiti, representante do IBAMA; Capitão Genro, representante da Defesa Civil de Paranaguá; representante da empresa Catalini terminais Marítimos; Dr. Eduardo, responsável pela Seguradora do Navio e também o representante das três empresas, que segundo Dr. Eduardo, estariam contratadas.

Nós queremos a cópia dos contratos feitos com as empresas, queremos saber de que maneira foram contratados os funcionários para trabalharem, qual sua missão. Também já tem a presença confirmada do Ministério Público Estadual e a presença do Ministério Público Federal.

Queremos, além de ter a cópia dos contratos, saber da ação tomada pelos responsáveis pelo acidente, se foi contratada imediatamente a empresa para que fizessem a limpeza e se as medidas legais foram tomadas de bate-pronto ou se passaram alguns dias. Queremos conhecer a apólice de seguro do navio, enfim, temos muita coisa para saber e informar os nossos Deputados, sobretudo à população do Paraná, que quer saber sobre esse grave acidente ambiental ocorrido em nosso Estado, que tem reflexo na economia do litoral do Paraná, que tem reflexo no mundo inteiro, porque afinal o nosso Porto é um porto de nome nacional e internacional.

A nossa equipe técnica que acompanhará esta Comissão:

Dr. Eduardo Raton, engenheiro civil, professor da Universidade Federal do Paraná; Sra. Viviane Cristo - advogada; Sr. Marcelo - advogado; Sr. Adilson - advogado e contador; e, Sr. Osmar de Almeida, jornalista.

Após essa reunião primeira, a Comissão vai tornar público uma nota oficial para conhecimento da população do Paraná. O que nós podemos é nos omitir. E a Assembleia Legislativa deu um exemplo para o País, criando uma Comissão Especial para que, em no do Poder Legislativo vá *in loco* verificar esse acidente que atinge a fauna, flora, desemprega pessoas, diminuiu o turismo do litoral e dá um enorme prejuízo na imagem do nosso porto, Porto Público de Paranaguá.

Era o relato que desejo fazer inicialmente, dizendo que amanhã teremos novas notícias em relação a esse grave acidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Ainda no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Fiquei no dia de ontem, um tanto quanto preocupado, quando nesta tribuna o Deputado Estadual Valdir Rossoni fez uma denúncia seriíssima, com relação a uma matéria que foi publicada no jornal Gazeta do Paraná, aonde se denuncia o Secretário da Comunicação Social, Airtton Pisseti, de estar cobrando “pedágio” na liberação de recursos para os meios de comunicação do nosso Estado do Paraná. Uma matéria escrita pelo jornalista Eugir Buck, neste jornal, que preocupa a todos nós, em especial o próprio Secretário da Comunicação Social, que desde o 1º dia do seu governo foi o grande paladino da moralidade, na área da imprensa, da comunicação social. Criticou as ações dos Governos anteriores, de que recursos significativos foram gastos na área da comunicação social, e agora, no orçamento para o ano de 2005, nós estamos vendo a “bagatela” financeira no orçamento do Estado, de aproximadamente 90 milhões de reais, para serem investidos em comunicação social no Estado, nos meios de comunicação, a partir do ano de 2005.

Eu não poderia me calar, fazendo o papel certo e correto de Oposição. Todas as denúncias que são trazidas à tona no Estado do Paraná, com relação ao Poder Executivo estadual, nós, Deputados Estaduais, temos a obrigação de fiscalizar. E estou apresentando, vou protocolar à Mesa, convocando o Secretário da Comunicação Social, Airton Pisseto, para que venha aqui prestar esclarecimentos acerca de denúncias veiculadas no jornal Gazeta do Paraná, na edição do último domingo, dia 21 de novembro, na coluna do jornalista Eugir Buck, sobre suposta cobrança de “pedágios”. Mas, não é o “pedágio” das rodovias, é outro tipo de pedágio que este jornal traz como denúncia, para todos os veículos de comunicação do Estado do Paraná, conforme o discurso que ontem ouvimos. Então, estamos convocando.

Quero pedir em especial aos Deputados da Base do Governo, Deputados eleitos para legislar e fiscalizar o Executivo, que ajudem a aprovar este requerimento, para que possamos trazer o Secretário a esta Casa de Leis, para poder explicar esta denúncia feita a ele.

Então, está aqui a convocação do Secretário e espero que todos os Deputados desta Casa aprovelem este requerimento, para que possamos esclarecer todas as denúncias feitas sobre aquela Secretaria.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço uso do Grande Expediente porque o assunto que trago aqui é palpitante. Nós, após o pronunciamento no dia de ontem sobre a questão que falamos da Secretaria de Comunicação, hoje, ao ler a Folha de Londrina, na coluna da Ruth Bologhnezi, vimos uma nota que causa estranheza.

A nota diz o seguinte (**Lê**):

“A Cor do Dinheiro - Se você for Deputado Estadual do Paraná e dono de uma Rádio, seus problemas acabaram, meu amigo, a Secretaria da Comunicação tem um plano para pagar trinta mil reais por mês para cada Deputado dono de Rádio, é a chamada mídia técnica, para informar o povo do Paraná sobre as realizações do Governo e para não ter Oposições. Dos atuais cinquenta e quatro Deputados, vinte e oito são donos de Rádio no Paraná.”

Eu, ao ler esta nota, eu logo a seguir estava a estudar o orçamento do Estado, e fazendo o levantamento das verbas de comunicação para o ano que vem, nós somamos todas as Secretarias, aproximadamente, não quero chegar em números exatos, chegamos em aproximadamente noventa milhões! E como nós estamos aqui para corrigir os erros, e este foi um erro cometido no Governo anterior também, e tão criticado pelos opositores da época pelo volume de recursos que foram gastos, resolvi,

e espero ter o apoio dos Srs. Deputados, entrar com a uma emenda no orçamento do estado reduzindo esta verba em 90%. Com a destinação dessa verba, primeiro anularemos o pedágio; segundo, reestabeleceremos o discurso do passado, porque se gastava muito, e noventa milhões é demais mesmo. Vamos destinar 90% dos recursos às escolas especiais, às APAE's, à Pastoral da Criança, à área de saúde meus amigos. A semana passada eu me encontrava no interior, e aconteceu um acidente de dois motoqueiros. Por incrível que pareça, os dois motoqueiros se colidiram, um pôde ser atendido no hospital de União da Vitória, e o outro precisava de uma UTI, pois necessitava de uma cirurgia e somente Curitiba poderia atender.

Pasmem, os senhores, a ambulância chegou aqui em Curitiba, na porta da Santa Casa, por volta da meia-noite! O motorista da ambulância ligou-me dizendo o seguinte: “Nós estamos aqui com o menino, 23 anos de idade, quase morto, e o hospital não quer fazer o internamento”. Eu liguei para a Diretoria da Santa Casa, e aí quero reconhecer, e pedi-lhe que tomasse providência e acolhesse esse menino acidentado, porque senão eu estaria me dirigindo ao hospital, chamaria a polícia para responsabilizar o não atendimento daquela pessoa, e dentro de alguns minutos a Diretora do Hospital da Santa Casa retornou e disse que o menino estava internado, mas infelizmente dois ou três dias depois teve morte cerebral e faleceu.

Por esta razão também incluo na minha emenda a área da saúde, porque não há um hospital no interior que não esteja necessitando de recursos.

Há minha emenda, um programa social do Governo do Estado o “Programa do Leite” e também vamos incrementar e implantar, através da minha emenda, a Bolsa-Educação.

Estudando o Orçamento do Estado, para terem uma idéia até por coincidência está aqui hoje o Secretário da Habitação, vou falar da área da habitação.

Se não me falha a memória, a área da habitação tem em torno de 34 milhões, 27 milhões para pagar a dívida e 7 milhões para construir casas. Imaginem quantas casas serão construídas com 7 milhões.

Com essa emenda daremos uma oportunidade ao Governador Roberto Requião. Vamos assumir essa responsabilidade. Sei que não é muito agradável, mas estamos assumindo para moralizar, de uma vez por todas, esta questão da comunicação.

Outro assunto que gostaria de registrar, hoje pela manhã tivemos uma reunião da CPI do Porto de Paranaguá. Fizemos um levantamento dos contratos do Porto. Já fiz a distribuição para a imprensa.

No Governo anterior os contratos eram corrigidos pelo dólar. O Governo que assumiu, resolveu interromper os contratos. A mudança do contrato da correção é discutível, mas ninguém imaginava que o dólar iria cair. A correção do contrato pelo IGP é uma entidade acertada. O que não é acertada é que, a Empresa Bandeirantes que

prestava serviços ao Porto de Paranaguá, interrompeu esse contrato sem o acordo da outra parte. Quebrou-se um contrato e o que aconteceu? O Porto de Paranaguá obrigou-se, para não ter maiores prejuízos, a fazer um novo contrato. Aí é que vem o problema do contrato.

Esse tempo em que o contrato ficou interrompido por vontade do Porto, o Porto teve que pagar à Empresa Bandeirantes 6 milhões 217 mil. Pára de trabalhar e depois recebe! Aí, porque parou e trabalhar não continuou a dragagem, aglomerou, amontoou ou veio mais areia para o Canal da Galheta e o Porto de Paranaguá suplementou. O acordo que foi pago à vista de seis milhões e duzentos mil reais o porto suplementou em cinco milhões que foram pagos nos meses de junho, julho a outubro. Quer dizer, um alto negócio.

Não tenho dúvida, até em tom de brincadeira eu dizia há pouco que os traficantes devem estar invejosos dessa repactuação, desse contrato, porque primeiro manda-se parar, sabe-se que, se parar de dragar, vai afetar o Canal da Galheta, aí paga-se o atrasado e dá-se uma suplementação, a bagatela de apenas onze milhões e duzentos mil reais!

Além disso, o Governo fez um contrato com a mesma empresa Bandeirantes, nos 32 meses que restavam de 614 mil reais por mês, num valor de 19 milhões e 670. Eu trago isso ao conhecimento dos Srs. Parlamentares, porque é importante para mostrar que a CPI continua trabalhando. Como temos procurado fazer um trabalho discreto, mas não temeroso, resolvemos fazer uso da tribuna e trazer esses números que são gravíssimos e que é praticamente uma denúncia que estamos fazendo para mostrar ao Superintendente do Porto que nós não vamos recuar nas nossas atitudes!

Ontem mesmo, quando encaminhamos uma correspondência ao Porto de Paranaguá requerendo esses contratos, o nosso funcionário foi recebido pelo Superintendente e seus funcionários e foi ameaçado! O Superintendente me mandou um recado, Deputado Luiz Carlos Martins, que até o presente momento ele era meu amigo e que agora eu iria conhecê-lo. Estou fazendo isso aqui da tribuna porque quero conhecê-lo, porque até parece que não fazemos uso da tribuna todo dia, aqui, porque temos medo do Superintendente e como ele mandou esse recado de que a partir de agora eu vou conhecê-lo, estou vindo à tribuna para trazer esses números e para mostrar-lhe que se algum dia na minha vida eu tiver que fazer política com medo, eu me afasto! O dia que eu perder a minha coragem, que eu não tiver a coragem de subir à tribuna e fazer uma denúncia, eu desisto da carreira política e vou para minha casa, porque, certamente, na minha casa eu não sofrerei ameaças!

Essa é a minha posição. Continuarei da mesma forma, sempre dentro dos princípios do respeito, mas exercendo esse papel que é fundamental: indo de encontro ao discurso do Governador Requião na sua posse, quando pediu aos Parlamentares que denunciassem, se achassem que a atitude de um setor do Governo estivesse errada.

É isso que vou fazer e o irmão do Requião, Sr. Eduardo Requião pode girar o seu canhão lá do Porto de Paranaguá para o meu lado porque certamente eu estarei aqui para fazer a defesa do povo paranaense! E me causa mais estranheza, senhores, no dia de ontem a denúncia que veio dos jornais e que nós trouxemos nesta Casa, não podemos aceitar o silêncio do Governo. Se o Governador está viajando, já um Governador em exercício, um Parlamentar, hoje Governador, que exerceu aqui nesta Casa o cargo de Líder das Oposições com muita competência! Ou não há Governo? Há Governo, sim! E este silêncio que ronda o Palácio! Não tem uma nota oficial do Governo defendendo o Secretário? Quero dizer aos senhores que “quem cala, consente”, e este silêncio faz com que eu acredite na denúncia que esperávamos ter sido esclarecida através de uma nota oficial do Governo.

Concedo aparte ao Deputado Anibelli, com todo o prazer.

### **O Sr. Antonio Anibelli**

V. Exa. é corajoso! Conheço-o de longa data, já fomos companheiros, fomos adversários, mas mantemos um respeito mútuo como é praxe parlamentar.

Mas, como V. Exa. é corajoso, já que acreditou na Ruthe Bolonhesi que diz que 28 Deputados têm Rádio, e eu não tenho nenhuma, que V. Exa. venha nesta tribuna, não fazer uma denúncia vazia. Se for corajoso, trará o nome 02, 28, 35 ou 54 Deputados que têm Rádio. Não podemos nos pautar por uma jornalista que diz que Deputados irão receber trinta mil reais por mês a partir do ano que vem! V. Exa. poderia, com sua coragem, também trazer a relação dos Deputados que do Governo passado receberam, não trinta, mas trezentos, cento e cinquenta, trezentos mil reais por mês! V. Exa. poderia também fazer com que essa denúncia da ameaça do Superintendente tivesse revelado a nós hoje pela manhã. V. Exa. disse que o seu funcionário foi maltratado, mas não disse que mandou o recado a V. Exa..

Eu louvo a sua atitude de vir denunciar. Deveria ter denunciado lá, que eu endossaria a sua denúncia contra o Superintendente, porque ameaça ninguém pode ter! Um Parlamentar livre, num país democrático, que nós já fomos Deputados contra ditadura militar que cassava, bania, e aqui no Paraná foi muito bem aproveitado por vários impostores da dignidade e da liberdade.

### **O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Peço escusas ao Deputado Anibelli, mas a pedido do Presidente Hermas, peço que V. Exa. suspenda por dois minutos a Sessão, para que o Presidente possa apresentar aos Srs. Deputados o Presidente da Volvo no Brasil, Sr. Leif Peter Karlsten, que está deixando o nosso País depois de um belíssimo trabalho, indo de volta ao seu país de origem, os Estados Unidos.

Veio se despedir dos Srs. Deputados e receber o título de Cidadão Honorário, que foi proposição do Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está suspensa a Sessão, para que os Deputados possam cumprimentar o Dr. Lief Peter Karlsten.

**(É suspensa a Sessão)**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está reaberta a Sessão e está com a palavra o Deputado Hermas Brandão.

**O SR. HERMAS BRANDÃO**

Nobre Deputado Augustinho Zucchi, gostaria que V. Exa. concedesse a palavra, por dois minutos, ao nosso visitante, que é o Presidente da Volvo no Brasil, e está se despedindo de nosso País.

Ele foi transferido para os Estados Unidos e teve uma convivência em nosso Estado por mais de seis anos e ajudou o nosso desenvolvimento.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra, o Dr. Peter.

**O SR. LEIF PETER KARLSTEN**

Obrigado!

Para mim é uma grande emoção receber esse título de Cidadania do Estado do Paraná. Sou sueco de nascimento, mas o coração sempre vai estar aqui no Brasil.

Muito obrigado e, como falei, é uma grande honra para mim.

Obrigado!

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Agradecemos o ilustre visitante, acompanhado pelo nosso Presidente Hermas Brandão.

Concedo ao Deputado Valdir Rossoni o tempo de dez minutos para a conclusão de seu pronunciamento, já que foi interrompido, e concedo a palavra ao Deputado Antonio Anibelli, para que possa concluir o aparte que estava fazendo ao orador que está na tribuna.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, já compreendi o aparte do Deputado Anibelli e como eu tenho apenas dez minutos e mais dois Deputados que pediram aparte, então concedo um aparte ao Deputado Neivo e ao Deputado Durval, mas pediria que fossem rápidos.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI**

V. Exa. cassou o meu aparte!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Mas já compreendi seu intento, Deputado Anibelli.

**O Sr. Antonio Anibelli**

Mas gostaria que V. Exa. me respondesse ou voltasse à tribuna para que não ficássemos nas denúncias vazias. V. Exa. fala do Superintendente do Porto e diz o seu nome, e diz que ele fez uma ameaça! Eu acho grave!

V. Exas. vieram à tribuna ontem e se revezaram, porque o Superintendente mandou uma carta desastrosa, desairosa...

**(Discussão)**

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, gostaria que o senhor me assegurasse a palavra, porque vou dar a explicação.

Tenho vários parlamentares pedindo aparte, Deputado Anibelli, tem o Horário da Liderança do PMDB e V. Exa. usou cinco minutos do meu aparte e eu fui cavalheiro com V. Exa. Mas, eu respondo em um minuto, V. Exa. e aí vou dar um aparte ao Deputado Neivo e logo a seguir aos outros Parlamentares.

Não queria nem entrar na questão do governo anterior, mas vamos entrar e vamos admitir que o que V. Exa. falou aqui é verdade. Se aquele Governo que já passou cometeu esses erros, nós apreendemos com o tempo e o tempo nos ensina que temo que corrigir o que está errado. Então, é um momento oportuno para que tomemos essa atitude, reconhecendo o erro do Governo anterior do Governo Lerner a quem tenho em alta estima, consideração e respeito e sou seu amigo. Reconhecendo o erro do Governo anterior, estou fazendo esta proposta pedindo o apoio dos Srs. Parlamentares para que não deixemos este Governo cometer o mesmo erro do Governo anterior.

Com o aparte do Deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Rossoni, acho que estamos no final do ano e temos que nos debruçar sobre o orçamento do ano e 2005.

Estou aqui com uma síntese dos investimentos que deverão ser feitos e entre eles está a publicidade que leva 73 milhões 992 mil reais. Também tem a chefia do Poder Executivo que leva 155 milhões 632 mil reais, enquanto o Ministério Público inteiro vai levar 222 milhões 696 mil reais, o Tribunal de Contas vai levar 116 milhões de reais.

Enfim, Deputado Rossoni, acho que nós temos que, eu sei que o seu objetivo é fazer a denúncia sobre a imprensa e eu destacaria oficialmente, por exemplo que acabo de receber, o jornal Hora H, se visto os valores V. Exa. vai entender, por exemplo aqui uma fatura de 125 mil e 638 reais; são várias faturas. Jornal Hora H, quem conhece o jornal Hora H? Se nós tivéssemos todo dinheiro aplicado em publicidade e propaganda nos últimos anos, certamente não haveria ninguém sem teto e certamente não haveria ninguém na fila da saúde!

Era este o meu aparte, tentei ser breve e lembrar a todos os Srs. Deputados que temos que nos preocupar muito com este orçamento de 2005.

#### **O Sr. Durval Amaral**

Deputado Valdir Rossoni, eu tenho ouvido e visto inúmeras manifestações de desequilíbrio do Superintendente do Porto de paranaguá, não só por esta agressão coletiva à Assembléia Legislativa, à Câmara Federal, ao Senado, ao Ministério dos Transportes; isso já é motivo de uma convocação deste senhor á Assembléia Legislativa. Agora, não posso aceitar e me solidarizo com V. Exa. com qualquer tipo de ameaça, explícita ou velada, expressa ou tácita, não é possível! Eu acho que este cidadão realmente está extrapolando de suas funções; isto é inadmissível! Então tem a minha solidariedade, a solidariedade da Oposição e eu tenho certeza que a solidariedade é de todos nós, Parlamentares.

Com relação ao segundo aspecto, acho que V. Exa. foi extremamente feliz. Este Governo que está aí veio para corrigir os equívocos do Governo anterior, tanto é que ganhou a eleição com esta proposta.

Então, jamais pode se valer dos mesmos equívocos ou erros, porventura, cometidos no passado para justificar a sua própria inoperância no presente ou os erros no presente.

Muito obrigado.

#### **O Sr. Barbosa Neto**

Deputado Rossoni, só para trazer aqui uma informação que nos pega de surpresa: acaba de chegar aqui a notícia de que o Governador Roberto Requião, por telefone, dos Estados Unidos, acaba de demitir o jornalista Ogier Buck que ocupava um cargo no Governo do Estado na ECOPARANÁ e que o Secretário de Estado, Luís Mussi teria colocado o seu cargo à disposição em solidariedade ao jornalista Ogier Buchi.

É um fato que ainda merece apuração mas que acaba de ser trazido aqui para este Deputado por companheiros da imprensa.

Muito obrigado e desculpe interrompê-lo.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Eu encerro aqui meu pronunciamento, eu só espero que os inocentes não sejam punidos. Esta é a minha esperança, mas está aí a prova do que nós trouxemos ontem e o que a Rute escreveu no jornal leva crédito e que já está dando resultados.

#### **O Sr. Plauto Miró Guimarães**

V. Exa. me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Espero, Deputado, que não estoure do lado do mais fraco, que não se coloque em baixo do tapete e que pelo que tudo indica, está caminhando para isso.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Não, eu tenho certeza e agora vou fazer uma defesa do Governador Requião. Ele vai chegar lá, na verdade, e eu já fiz o meu pronunciamento daquela tribuna.

Na verdade, ele tem, que, em uma canetada só, demitir todos os Secretários, porque são Secretários que não o ajudam a governar o Paraná e a maior prova disso foi o resultado silencioso das urnas.

#### **O Sr. Marcos Isfer**

Deputado Rossoni, só saiu o sofá da sala, até agora.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Não entendi.

#### **O Sr. Marcos Isfer**

É quando o cidadão chega em casa e pega a mulher o traindo em adultério, em cima do sofá, ele manda vender o sofá.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI**

Então o senhor acha que o Governador Requião jogou fora o sofá. Essa é a sua conclusão?

Agradeço aos Srs. Parlamentares, agradeço os apartes feitos e quero dizer-lhes: fiz esse pronunciamento com tranquilidade, porque eu sei que está gerando turbulência, mas medidas têm que ser tomadas. Espero que os inocentes não paguem pelos culpados.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, do PTB.

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava atentamente acompanhando os pronunciamentos nesta Casa e alguns deles me chocaram, a começar pela coluna da Folha de Londrina de hoje, e eu acho que foi colocada mais uma vez de forma irresponsável, e queria chamar a atenção da Presidência da Casa, do nosso Presidente Hermas Brandão, que está presente no plenário. Acho que a Assembléia Legislativa não pode permitir que notícias covardes como essa sejam colocadas no jornal sem que esta Casa responda. Não é justo que alguém ataque os Deputados, dizendo que todos recebem trinta mil reais por mês, os que têm emissora de rádio.

Eu acho que esta Casa deveria tomar as medidas, porque chega de colocar “panos quentes” para deixar de lado, quando um jornalista, de forma covarde e irresponsável coloca uma notícia dessas no Jornal.

Está na hora de este Parlamento se levantar e começar a cobrar o que é direito. Como que um jornalista que é formado, que passou por uma faculdade, que escreve para um jornal com repercussão em todo o País, escreve uma besteira dessas, e não é a primeira vez que

essa jornalista escreve besteiras a respeito de alguns Parlamentares desta Casa!

Acho que está na hora, Deputado Augustinho Zuchi, Presidente em exercício e nosso Presidente que está no plenário, acho que está na hora desta Casa começar a exigir da imprensa que tenha o mesmo respeito que esta casa tem com os jornalistas e não é justo que um jornalista escreva num jornal o que está escrito aqui, acusando que os Deputados recebem tanto e, dando a entender que é muito bom ser Deputado para fazer acerto.

Eu, particularmente, vou contratar um advogado e vou abrir um processo contra a jornalista. Não contra a jornalista, vou fazer contra o jornal.

Infelizmente, me perdoem a franqueza, alguns jornalistas parece escreverem sem ter o devido cuidado da fonte e da responsabilidade que se deve ter.

Eu queria fazer esse comunicado e, ao mesmo tempo, a respeito desse caso envolvendo o Secretário Ailton Pisseti.

Vi agora o Líder do PFL, Deputado Plauto Miró Guimarães, dizendo que vai convocar o Secretário Pisseti para vir a esta Casa. Concordo plenamente. Acho que tem que convocar o Secretário para vir exatamente mostrar quanto esse Governo gastou em publicidade e de que forma ele veio aqui.

Mas, eu emendaria o requerimento do Deputado Plauto Miró Guimarães; sugeriria que o Secretário também trouxesse a esta Casa, a relação de verbas liberadas do Governo anterior para que a gente possa fazer uma comparação. Eu gostaria que o nobre Deputado Plauto Miró Guimarães, que está cheio de boa vontade, em querer saber os recursos desta gestão, eu concordo plenamente, mas, emendaria ao requerimento do Deputado Plauto, quanto se gastou nos últimos anos, para que não tenhamos mais erros, como disse o Deputado Rossoni aqui. Se no passado se errou e se ninguém fiscalizou no passado, que deveria fiscalizar, vamos cuidar agora para não ter erro.

Agora, acho muito injusto acusar aqui um Secretário sem que se tenha prova, porque também escreveu na coluna de um jornal, que um Secretário falou do outro. Eu acabo de falar aqui, de uma jornalista que fez uma coluna e que diz que os Deputados ganham 30 mil reais.

Nós estamos falando de uma notícia não verdadeira que está aqui, que é uma coluna assinada por uma jornalista e a fonte que escreveu a notícia vinculando o nome do Secretário Pisseti ao Secretário Mussi, é também uma coluna assinada. Será que não estamos julgando antes da hora? Se depois vier a ser aprovado que não houve nada de errado, quem paga o prejuízo moral que têm essas pessoas?

Concedo, o aparte ao Deputado Ratinho Júnior.

#### **O Sr. Ratinho Júnior**

Obrigado, Deputado Jocelito, é importante o que o senhor trouxe a essa tribuna, sobre essa jornalista que já

vem de várias artigos demonstrando a sua irresponsabilidade.

Eu gostaria de fazer uma sugestão a ela inclusive, que quando for para escrever ou falar besteira, “ela comesse unha”, que seria muito mais importante para a sua pessoa.

Por várias vezes ela vem trazendo calúnias em suas colunas e, inclusive numa delas eu tive que processá-la.

Ela, em resposta ao processo, me ligou chorando pedindo desculpas, dizendo que aquilo que ela tinha escrito, ela não tinha como provar, e que ela se enganou.

Quer dizer, nós temos realmente que começar a cobrar, não só dos jornalistas, mas dos donos dos mecanismos de imprensa responsabilidade.

Uma das bases quando você aprende na faculdade de jornalismo sobre a comunicação: “que comunicação não é o que você escreve ou o que você fala, mas o que as pessoas entendem”. E ela deixou a entender nessa coluna, que os Deputados que estão aqui, que são donos de rádios, que trabalham na rádio, recebem 30 mil reais por mês.

Eu quero que ela prove que as duas emissoras que eu tenho recebem do Governo Requião 30 mil reais, ou se receberam do Governo Jaime Lerner.

Até porque eu tenho como provar que não recebi um centavo do Governo Jaime Lerner, tanto é que recebi um voto de louvor da Câmara Municipal de Curitiba, pelo Deputado Stica quando era vereador, na briga pela COPEL, para que a COPEL não fosse vendida.

Essa jornalista mais uma vez provou que é incompetente, acho até que o dono do Jornal de Folha de Londrina deve rever o quadro de funcionários deles.

Obrigado!

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Gostaria de ouvir o Deputado Plauto; vou ouvi-lo depois, mas acho interessante esses momentos de moralismo no País; é muito bom. O País precisa viver esses momentos de moralismo ou falsos moralismos, não sei. Sou meio sem estudo, mas acho que é falta de moralismo!

Muito obrigado!

#### **O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)**

Quero aqui comunicar ao Deputado Jocelito Canto que essa convocação ao Secretário Ailton Pisseti, é para esclarecer as denúncias que o Secretário da Indústria e Comércio fez com relação a ele.

Está no jornal dizendo que “O Secretário Ailton Pisseti tem o costume de cobrar pedágio na liberação de recursos de 50%. Então o que nós queremos é que o Secretário venha aqui esclarecer sobre essa denúncia que outro Secretário fez sobre ele.

Quero aqui também ser solidário aos membros da imprensa - à jornalista Ruth Bolognesi e ao Ogier Buchi pelas informações extraoficiais que aqui chegaram, foi demitido do cargo, por ter escrito palavras do Secretário



da Indústria e Comércio, que denuncia. O Airton Pisseti - Secretário de Comunicação deixa claro, Sr. Presidente, que vai ter um orçamento de oitenta milhões de reais para poder distribuir aos meios de comunicação do nosso Estado do Paraná!

Espero que o Secretário venha aqui; foi convidado também o jornalista Ogier Buchi para que nós possamos saber quem faltou com a verdade.

Obrigado!

#### O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Pela Ordem**)

Até que se prove o contrário, o Secretário Pisseti é inocente, as denúncias podem ser infundadas.

Acusa-se, quero dizer e lhe afirmar isso, porque é um Secretário de Estado, merece dar transparência das ações daquela Secretaria é papel deste Poder. Então, quero fazer a defesa do Secretário neste momento; até que se prove o contrário ele é inocente.

#### O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Na linha do Deputado Elton Welter, acho que este Parlamento tem todo dever de fiscalizar as despesas de publicidade e todas as despesas do Governo do Estado.

Agora, efetivamente, a especulação de um jornalista, de um jornal, não pode virar verdade diante de um Poder. Acho que é legítimo que a Casa convoque ou convide o Secretário, porque não tenho dúvidas, ele não terá dificuldades de vir aqui e explicar aos Srs. Deputados.

Agora não vamos também jogar simplesmente fogo sem saber se há alguma veracidade nas denúncias levantadas pela imprensa. Acho que temos que ter um pouco de calma, estamos aqui com a alta função de representação popular e temos que ter paciência em ouvir as pessoas, olhar os documentos. Enfim, não vamos transformar uma nota de um jornalista em verdade.

#### O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No horário das Lideranças consulto a Liderança do PP, PFL, PSDB, PT, PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Deputado corajoso Rossoni disse que eu teria o horário do meu Partido para me expressar e eu fui cortado, não só pela visita do Presidente da Volvo, pela visita do nosso Presidente, uma pessoa ilustre que vem à nossa Casa, fica até descortês “lavar roupa suja” perto de pessoas que estão saindo do nosso Estado, do nosso País, para se entender bem o português, levar má impressão deste Parlamento.

Nós, Sr. Presidente, aparteávamos o Deputado Rossoni e discordávamos. Inclusive, me veio à idéia fazer um requerimento nesta tarde e neste dia, para solicitar, para começarmos a “lavar a roupa suja” do passado para o presente, requerendo a relação dos Deputados, dos 28, e

me desculpem se for 54, eu não sou, só pode ser 53, mas existem dois Deputados Secretários e às vezes podemos até descobrir que existem Deputados que têm Rádio e põem um nome “laranja”, coisa que no Governo passado acontecia muito, mas, poderíamos começar a fazer a “limpeza” para que a imprensa do Paraná e do Brasil saibam quais foram os Deputados, se receberam. É difícil ser “dedo duro”, mas como eu não tenho nada a ver com isto e fui ofendido, porque meus colegas de PMDB, de Oposição, e até de Situação, a população poderá ficar preocupada com estes Deputados.

Então, submeterei e espero que seja aprovado por unanimidade - não estou encaminhando a votação, mas já estou antecipadamente pedindo votos - para que clareemos, porque depois vamos ver se o Mussi fez a denúncia contra o Pisseti, se foi o Ogier Buchi que fez o jornalista, como a Ruth Bolognese, e sabemos quem neste Governo está recebendo verba. Vamos limpar! Como temos a CPI do Porto de Paranaguá! Estamos esclarecendo, Deputado Rossoni. Aquilo que o contrato do Governo passado, a aberração dos dólares do Governo passado, passou para este Governo e foi suspenso o contrato. Como o pedágio: foi feito no Governo passado e até agora não conseguimos desatar o nó do pedágio. Baixa ou acaba. Ontem, foi dito desta tribuna; a palavra do Governador é válida. Estamos tentando. Estamos na iminência de, no final do ano, sermos “sacudidos” novamente pelo aumento do pedágio. A lei, a fé pública, o contrato assinado pelo Governo do Paraná, o Paraná é o Governo de todos nós, do passado, do presente e do futuro. Os contratos têm que ser respeitados. Mas, os contratos lesivos ao Paraná têm que ser pela justiça ou pela Assembléia, ou nós temos que impugná-los, ou fazermos leis novas, que aborem estes crimes ou estas coisas erradas, e que a nossa população está pagando?

Nós deveríamos estar homenageando a ausência do Governador Roberto Requião, do Paraná e do Brasil, quando vai a Nova York “bater o sino” de uma empresa da dignidade da COPEL, que foi salva pela democracia e pela luta de paranaenses ilustres, da Oposição, naquela época! E que hoje nós vemos os Deputados defensores da dignidade esquecerem do passado! Verbas que foram liberadas para valorizar o voto daqueles democratas, que quando do chamamento para a votação da COPEL, mudaram sua consciência ou o seu destino, talvez.

O Deputado Luiz Carlos Martins falou ontem que seu filho - me desculpe, Deputado Luiz Carlos, que é advogado e foi colega da minha filha, que também é advogada - mas, eu perguntava a V. Exa., seu pai, se aquilo era verdade, se liberação de verbas ou se o Porto de Paranaguá... Mas, será que o seu filho, com a mesma cobrança que a minha filha fazia, perguntava a V. Exa. se V. Exa. votaria pela venda da COPEL, Deputado Luiz Carlos? Me desculpe, Deputado! Mas, não podemos enganar a população! Temos que ter dignidade, e não “cuspir no prato que comemos”! Temos que olhar na nossa família, no nosso passado ou no nosso futuro, nos

espelhando naquilo que aprendemos, na crença, no amor, na fé, e não queremos fazer demagogia. Não podemos querer enganar a população com discursos demagógicos para que façamos deste Governo sério, o Governador ausente, o Governador Pessuti, gente do maior equilíbrio e dignidade deste Estado; não vamos misturar as coisas. Eu respeito a todos os Deputados, mas não posso engolir a seco essas demagogias feitas na tribuna! Temos que esclarecer, e vamos esclarecer daqui para frente, vamos ver quem é que está levando, no Governo passado e neste Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

### (Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Suspendo a Sessão até que se mantenha a ordem no Plenário. Determino que se corte o som.

Está reaberta a Sessão.

Gostaria de comunicar aos Srs. Deputados que, embora nós estejamos na iminência de aprovar o novo Regimento, não há questão de ordem a ser definida em cima de falação de Deputado na tribuna! Não há! Mesmo que tenha sido citado nominalmente, o Deputado pode pedir as explicações pessoais.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Peço ao meu Líder da Oposição que me conceda o tempo da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Liderança do Governo. Liderança da Oposição.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Desculpe, Deputado Stica, eu não havia visto V. Exa. solicitar o horário do Governo.

O SR. NATÁLIO STICA

V. Exa. não precisa pedir desculpas. V. Exa. está segurando os ânimos exaltados que acabaram de acontecer, por conta de uma matéria, de um jornalista e de uma jornalista que acabam nos jogando uns contra os outros. Ora, é sobre isso que eu tinha pedido a palavra.

Quero reforçar aqui que venho a essa tribuna pedindo para que nós, Deputados, seja de Oposição ou de Situação, e eu já fiz esse pedido no passado e quero reiterar, temos a obrigação de fiscalizar todas as denúncias que aqui chegam, porém, não temos o direito de transformar, enquanto é uma simples denúncia, como um ato consumado!

Pedi ao Deputado Plauto Miró, que prontamente me atendeu, que não colocasse a convocação do Secretário Pisseti, fizesse, sim, um convite. Por quê? Porque convite passa por todos nós Deputados, aprovando. O convite dá ao Secretário a oportunidade de aqui vir dizer que é uma mentira, se for uma mentira o que foi

publicado. Dá a condição de desarmar uma suporta trama aí colocada.

Agora, se o Secretário não quiser a oportunidade, esta Casa tem o poder de convocá-la. O Deputado Plauto junto com o Líder da Oposição, entenderam, e fechamos o acordo. Não acredito que isso esteja acontecendo, mas posso estar equivocado.

Quero reiterar o meu pedido, em especial aos Deputados da Oposição. Não vamos aqui fazer tumulto em cima de pronunciamento de um ou de outro jornalista, porque não sei quais são os argumentos para escreverem essas matérias.

Sim, com tranqüilidade, com responsabilidade que esta Casa sempre teve, averiguar, porque não pode passar uma denúncia como se nada tivesse acontecendo.

Não vamos aproveitar desse denunciismo para aqui querer imputar ao Governador Roberto Requião a responsabilidade. Ele que inclusive está no exterior numa missão brilhante, que é a homenagem à COPEL, por ser uma das empresas, ou a melhor empresa da América Latina, que nos orgulha.

Venho, mais uma vez, pedir calma. Que possamos exercer o nosso sagrado direito fiscalizador, mas sem perder a responsabilidade. Se tiver um fundo de verdade aqui será apurado. Com toda certeza tomaremos as providências cabíveis.

Repito: “se você subir numa montanha e abrir um travesseiro de penas e o vento levá-las e você se arrepender, nunca mais juntará todas as penas”.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral**

Quero cumprimentá-lo pela sensatez com que faz o seu pronunciamento.

Entendo até a posição do Governo neste momento, porque esta, com certeza, não foi uma semana boa para o Governo do Estado do Paraná. Por quê? Primeiro, porque tivemos todas as denúncias envolvendo o Banco Santos, a diretoria da COPEL, a Fundação SANEPAR e a Fundação COPEL, isso traz desconforto para um Governo transparente. E até o Superintendente do Porto de Paranaguá fez questão de atacar e atingir todos os cidadãos.

A única preocupação que tenho é que possamos cometer o erro de generalizar com relação à imprensa neste País, neste Estado.

A imprensa vem cumprindo um papel fundamental neste Estado. Às vezes exageramos, mas ninguém é culpado. Por exemplo: que dois Secretários se agridam publicamente através de uma coluna de jornal.

De repente, esta parte mais fraca, ou o jornalista que escreveu foi demitido. Mas ele reproduziu o que a jornalista Rute havia dito na “Folha de Londrina” na semana passada, que havia uma tendência de se instalar um “propinoduto”, infelizmente, no Estado do Paraná. Quer dizer, não é bem por aí, acho que temos que ter

calma, cautela, mas todo esse clima acalorado é em função dos próprios equívocos criados por este Governo.

Temos que ter muita isenção para não culpar a imprensa que cumpre papel fundamental no processo democrático, inclusive auxiliando o Governador Roberto Requião na transparência que tanto ele defende e que tanto eu, como o senhor, como todos nós, Parlamentares, não podemos, em nenhum momento, pelo menos até o momento, acusar a conduta do Governador quanto a sua honestidade. Podemos discutir na questão administrativa, na questão política, no enfoque, no passivo que ele está deixando para o Estado, mas na questão da honestidade, realmente, não cabe questionamento ao homem público Roberto Requião.

Muito obrigado, agradeço o aparte.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito a V. Exa. que conclua vosso pronunciamento.

**O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado, Sr. Presidente, concluirei.

Agradeço ao Deputado Durval Amaral e da mesma forma que pedi para que possamos analisar as denúncias aí colocadas e não sair condenando, também vale quanto se fala da imprensa.

Não disse, em momento nenhum, desse ou daquele jornalista, disse que não podemos nos pautar pela matéria de um jornalista e concordo com V. Exa., aliás, parabênizo todos os jornalistas que aqui ficam até altas horas quando esta Casa tem Sessão prolongada e que ajudam a fazer com que a Assembléia e os Deputados possam mostrar à população o trabalho e a democracia do Estado do Paraná.

Consulto à Mesa se ainda posso conceder um aparte ao Deputado Neivo ou não.

**(Assentimento)**

Muito rapidamente, Deputado Neivo, para não abusar...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Mesmo tratamento que tem a Liderança do Governo, terá a Liderança da Oposição.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Rápido e objetivo. Acho que quando o Governador voltar, ele terá que fazer uma reflexão de como que as coisas acontecem na sua ausência e também não deixar que todos os jornalistas sejam atingidos.

Agora, quero passar um dado, como ex-Presidente da CPI do BANESTADO: o relatório da CPI do BANESTADO colocou que o Governo, em 1998, em quatro meses gastou trinta e seus milhões de dólares em publicidade e propaganda. Fato é que o Ministério Público ingressou com uma ação civil pública e a Justiça acatou e os bens do ex-Governador Jaime Lerner foram tornados indisponíveis. Não sei se ele já recorreu, mas o fato é que

nessa questão de publicidade e propaganda o Paraná é campeão gasta em torno de 2,5 do que arrecada, enquanto São Paulo gasta menos de meio por cento.

Muito obrigado!

**O SR. NATÁLIO STICA**

Obrigado Deputado Neivo!

Obrigado, Sr. Presidente pelo tempo que excedi!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Horário da Liderança da Oposição.

Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, me parece que a Deputada Elza teria pedido a V. Exa. uma exceção para um comunicado e eu poderia ceder...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. pode ceder e nós descontamos do seu horário, faz favor.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Isso que eu queria pedir a V. Exa.

Então, com aparte a Deputada Elza Correia concedida pelo ilustre Presidente.

**A SRA. ELZA CORREIA**

Eu queria agradecer ao Presidente e também a V. Exa. pela gentileza de nos ceder este aparte, porque acho que temos que ter serenidade para discutir esse tema; não pode passar batido, porque realmente, quantos Deputados, Deputadas, políticos e não políticos deste País tiveram as suas vidas destruídas, destroçadas, desmoralizadas por notícias de jornal.

Vários companheiros, já tiveram vez ou outra, de forma inconseqüente, os seus nomes sendo colocados levemente nos jornais, sem que a prova aconteça. Em Londrina, por exemplo, eu só tomei providências em relação às denúncias quando tinha provas concretas, provas incontestáveis, porque se não tivermos provas acaba sendo, um ato de irresponsabilidade levantar qualquer suspeita de companheiros e companheiras em relação às suas ações e atitudes políticas. Faço essa ressalta porque isso é gravíssimo, porque a toda denúncia, tem o ônus da prova. E nesse caso os nossos companheiros foram felizes em fazer colocação. Toda regra há exceção; existem jornalistas e jornalistas, mas, neste caso específico, vamos cumprir o nosso papel que é trazer aqui o Secretário para os devidos esclarecimentos, cumprindo o que nos compete como Parlamentares.

Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Agradeço ao Presidente, que concedeu o aparte e com respeito ao Regimento não aparteei o ilustre Parlamentar, mas quero ser solidário ao Deputado Luiz Car-

los Martins, porque certamente, se nós não tivéssemos levantado a questão, não teria essa polêmica.

O que nós temos que ter aqui é a grandeza de entender os fatos. É obrigação nossa trazer aqui a esta Casa eventuais denúncias para serem esclarecidas. A maior prova está no requerimento do Deputado Plauto no qual ele pede o comparecimento aqui num acordo com o Líder das Oposições, do Secretário, porque nós queremos esclarecer os fatos.

Há mais fato com tamanha credibilidade quando um Secretário denuncia o outro Secretário? Se não há credibilidade, o que poderíamos imaginar? Mereceriam o cargo que ocupam nesse momento?

Eu quero dizer aos Srs. Deputados que o que me entristece nesta Casa, são as denúncias. Apenas lamento de que o Deputado Stica, que hoje exerce a Liderança do Governo, não estivesse nesta Casa no Governo anterior, Deputado Nelson Justus, porque com o seu pronunciamento, ele teria dado um grande conselho a alguns companheiros desta Casa.

Quero dizer aos Srs. Parlamentares que ora chegam nesta Casa, que não conheceram os últimos oito anos, certamente os senhores não estariam indignados porque nós temos sido muito responsáveis em nossos posicionamentos e procurando, por mais séria que seja a denúncia, manter o equilíbrio e a sensatez, porque isto faz com que o Parlamentar tenha credibilidade.

E por isso quero aqui, em nome dos Deputados de Oposição, com a permissão do meu Líder Durval Amaral, e com todo o respeito que tenho a todos os Parlamentares, me reportar ao Deputado Anibelli.

Meu caro Deputado Anibelli, com a experiência que V. Exa. tem, acredito que quase trinta anos de Parlamento, preocupa-me a sua veracidade em cima do Deputado Luiz Carlos Martins, se fosse um “marinheiro de primeira viagem”, eu até conceberia, porque aqui se aprende nos primeiros quatro anos, nos segundos anos se começa a exercer o mandato e nos terceiros anos, com equilíbrio e com competência, você exerce aqui a sua função.

Então é em nome do equilíbrio e em nome da verdade. E é o seguinte: eu reconheci os erros do Governo anterior e por isso argumentei a minha Emenda para receber o apoio dos Srs. Parlamentares, para que este Governo não cometa o mesmo erro que o nosso cometeu e que fomos derrotados pelo povo. E como nós interpretamos a voz silenciosa das urnas, nós também ouvimos na última eleição um sinal que o rumo tem que ser corrigido, porque senão vai acontecer antes do tempo do que o nosso aconteceu. Como Deputado de Oposição, não tenho obrigação de ditar normas ao Governo, quem sou eu? Tenho, sim, a obrigação de continuar a denunciar aqui, porque quando um jornal da credibilidade da “Folha de Londrina”, desses que trazem esses assuntos, vêm praticamente implorando para que os Parlamentares investiguem, nós temos que exercitar a nossa função de Parlamentar.

Encerro aqui o meu pronunciamento com a certeza absoluta que é melhor mantermos a voz no tom correto, sem agressividade, para que possamos continuar tendo esse debate, porque é o debate que enaltece esta Casa. Eu, inclusive, defendo na alteração do Regimento Interno mais tempo para as Lideranças de Partidos que tenham bastante Deputados, para que todos tenham oportunidades de colocar aqui as suas reivindicações, as suas questões.

Para que os senhores tenham uma idéia, tenho sido uma caixa de ressonância, porque a população do Paraná tem visto em mim e nos Deputados de Oposição a voz daqueles que não podem falar aqui.

E por isso, nós precisamos ter a compreensão dos Deputados de Governo, que eles entendam que nem tudo o que este Governo faz é correto, que nem tudo o que o Governador Requião diz é correto e nós não vamos aqui nos calar, mas vamos continuar, Deputado Luiz Carlos Martins, com esta firmeza, com as nossas propostas e não tenho dúvidas que a população do Paraná vai respeitar essa posição e os nossos colegas Parlamentares, mesmo de posicionamentos diferentes, vamos no princípio do respeito, discordando, colocando posições firmes, mas sempre parlamentando, mesmo de posicionamentos diferentes, vamos no princípio do respeito, discordando, colocando posições firmes, mas sempre Parlamentando, que vem da palavra *parla* e é o que estamos fazendo.

#### O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Gostaria de requerer a V. Exa. que mandasse passar às minhas mãos o discurso do Deputado Luiz Carlos Martins, ontem, para repetir na segunda-feira as palavras ditas por ele no seu pronunciamento. Acho que é o mínimo que posso fazer, porque ele se sentiu ofendido, ele se ofendeu pelas suas próprias palavras.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Determino que as notas taquigráficas do discurso do Deputado Luiz Carlos Martins sejam repassadas ao Deputado Anibelli.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos Deputados Neivo Beraldin, Ailton Araújo e Natálio Stica constante do expediente, indicando seus nomes na condição de Presidente, Vice-Presidente e Relator - CEI (Comissão Especial de Investigação) para investigar os problemas ocorridos na orla marítima do litoral, como o desastre do navio no Porto de Paranaguá - À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 4 (quatro) de autoria do Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2069, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 25 (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2070, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, requerendo a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2004, que objetiva instituir, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA PARANÁ. **Aprovado.**

### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 405/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A :

### Capítulo I

#### Da Proteção Especial a Vítimas e a Testemunhas

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, o Programa Estadual de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas - PROVITA PARANÁ.

Art. 2º - As medidas de proteção requeridas por vítima ou por testemunhas de crimes que estejam coagidas ou expostas a grave ameaça em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal serão prestadas pelo Estado do Paraná, no âmbito de sua respectiva competência e nos termos desta lei.

Art. 3º - A proteção concedida pelo programa e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade

da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

Art. 4º - A proteção poderá ser dirigida ou estendida ao cônjuge, companheiro ou companheira, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunhas, conforme o especificamente necessário em cada caso.

Art. 5º - Estão excluídos da proteção os indivíduos cuja personalidade ou conduta seja incompatível com as restrições de comportamento exigidas pelo Programa, os condenados que estejam cumprindo pena e os indiciados ou acusados sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades. Tal exclusão não trará prejuízo a eventual prestação de medidas de preservação da integridade física desses indivíduos por parte dos órgãos de segurança pública.

Parágrafo Único - O cônjuge, companheiro ou companheira, ascendentes, descendentes e dependentes que tenham convivência habitual com as pessoas a que se refere o *caput* deste artigo, que estejam coagidos ou expostos a ameaça, podem ser admitidos no programa, sujeitando-se às condições.

Art. 6º - O ingresso no programa, as restrições de segurança e demais medidas por ele adotadas terão sempre a anuência da pessoa protegida, ou de seu representante legal.

Art. 7º - Após ingressar no programa, o protegido ficará obrigado ao cumprimento das normas por ele prescritas.

Art. 8º - As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Art. 9º - O programa compreende, dentre outras, as seguintes medidas, aplicáveis isolada ou cumulativamente em benefício da pessoa protegida, segundo a gravidade e as circunstâncias de cada caso:

I - segurança na residência, incluindo o controle de telecomunicações;

II - escolta e segurança nos deslocamentos da residência, inclusive para fins de trabalho ou para a prestação de depoimentos;

III - transferência de residência ou acomodação provisória em local compatível com a proteção;

IV - preservação da identidade, imagem e dados pessoais;

V - ajuda financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar, no caso de a pessoa protegida estar impossibilitada de desen-

volver trabalho regular ou de inexistência de qualquer fonte de renda;

VI - suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público civil ou militar;

VII - apoio e assistência jurídica, social, médica e psicológica;

VIII - sigilo em relação aos atos praticados em virtude da proteção concedida;

IX - apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal;

X - apoio em programas sociais e pedagógicos de readaptação da pessoa protegida.

## **Capítulo II**

### **Do Conselho Deliberativo**

Art. 10 - O programa será dirigido por um Conselho Deliberativo que decidirá sobre o ingresso ou exclusão do protegido, bem como das providências necessárias ao cumprimento das regras desta lei, e que contará com a seguinte composição:

I - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania;

II - 1 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

III - 1 (um) representante do Ministério Público Estadual;

IV - 1 (um) representante da Magistratura Estadual;

V - 1 (um) Delegado do Departamento da Polícia Civil do Estado do Paraná;

VI - 1 (um) Oficial da Polícia Militar do Paraná;

VII - 1 (um) Delegado de Polícia Federal;

VIII - 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PR;

IX - 1 (um) representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado;

X - 1 (um) representante do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná - CODEP;

XI - 3 (três) representantes de 3 (três) entidades não governamentais com atuação na área de Direitos Humanos, estando dentre elas a que funciona como Órgão Executor do Programa.

Art. 11 - O Presidente do Conselho Deliberativo será escolhido entre seus pares na primeira reunião do colegiado, para mandato de um ano, permitida uma recondução por igual período.

Art. 12 - Os membros do Conselho Deliberativo serão formalmente designados pelos representantes legais das entidades relacionadas no artigo anterior, com os respectivos suplentes, para cumprirem um mandato de dois anos, com direito à recondução.

Art. 13 - Os representantes das entidades não-governamentais serão eleitos, com os respectivos suplentes, em reunião própria convocada, para este único fim, pelos componentes da sociedade civil com assento no Conselho Permanente de Direitos Humanos do Paraná.

Art. 14 - O Conselho poderá requisitar, para subsidiar suas deliberações, documentos ou informações comprobatórios da identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução do interessado, bem como da pendência de obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penas em relação a ele. Poderia ainda requisitar exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

Art. 15 - As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de seus membros e sua execução ficará sujeita à disponibilidade orçamentária.

Art. 16 - Toda admissão no programa ou exclusão dele será precedida de consulta ao Ministério Público e deverá ser subseqüentemente comunicada à autoridade policial ou ao juiz competente.

Art. 17 - Caberá ao Conselho Deliberativo, no início de cada exercício financeiro, fixar o teto máximo da ajuda financeira a que alude o inciso V, do artigo 9º, desta lei.

Art. 18 - Quando entender necessário, poderá o Conselho Deliberativo solicitar ao Ministério Público que requeira ao juiz a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionadas com a eficiência da proteção.

Art. 19 - Em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o Conselho Deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos objetivando a alteração de nome completo, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 9.807 de 03 de julho de 1999.

## **Capítulo III**

### **Do Órgão Executor**

Art. 20 - Compete ao Órgão Executor adotar as providências necessárias à aplicação das medidas do Programa, com vistas a garantir a integridade física e psicológica das pessoas ameaçadas, fornecer subsídios ao Conselho Deliberativo e possibilitar o cumprimento de suas decisões, cabendo-lhes, para tanto:

I- elaborar relatório sobre o fato que originou o pedido de admissão no Programa e a situação das pessoas que buscam proteção, propiciando elementos para a análise e deliberação do Conselho;

II - promover acompanhamento jurídico e assistência social e psicológica às pessoas protegidas;

III - providenciar apoio para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal dos indivíduos admitidos no Programa;

IV - formar e capacitar equipe técnica para a realização das tarefas desenvolvidas no Programa;

V - requerer ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial a custódia policial, provisória, das pessoas ameaçadas, até a deliberação do Conselho sobre a admissão no programa, ou enquanto persistir o risco pessoal e o interesse na produção da prova, nos casos de exclusão do Programa;

VI - promover o traslado dos admitidos no Programa;

VII - formar a Rede Voluntária de Proteção;

VIII - confeccionar o Manual de Procedimentos do Programa;

IX - adotar procedimentos para a preservação da identidade, imagem e dados pessoais dos protegidos e dos protetores;

X - garantir a manutenção de arquivos e bancos de dados com informações sigilosas;

XI - notificar as autoridades competentes sobre a admissão e a exclusão de pessoas do Programa: e

XII - promover intercâmbio com os demais Estados e o Distrito Federal acerca de programas de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

Art. 21 - As atribuições de Órgão Executor serão exercidas por uma das entidades não governamentais representadas no Conselho Deliberativo, devendo os agentes delas incumbidos ter formação e capacitação profissionais compatíveis com suas tarefas.

Art. 22 - A escolha da entidade não governamental para realizar a função de Órgão Executor caberá ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 23 - A solicitação objetivando ingresso no programa poderá ser encaminhada ao órgão executor:

I - pelo interessado;

II - por representante do Ministério Público;

III - pela autoridade policial que conduz a investigação criminal;

IV - pelo juiz competente para a instrução do processo criminal;

V - por órgãos públicos e entidades com atribuições de defesa dos direitos humanos;

VI - pelo Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná.

§ 1º - A solicitação será instruída com a qualificação da pessoa a ser protegida e com informações sobre a sua vida pregressa, o fato delituoso e a coação ou ameaça que a motiva.

§ 2º - Para fins de instrução do pedido, o órgão executor poderá solicitar, com a aquiescência do interessado:

I - documentos ou informações comprobatórios de sua identidade, estado civil, situação profissional, patrimônio e grau de instrução, e da pendência de

obrigações civis, administrativas, fiscais, financeiras ou penais;

II - exames ou pareceres técnicos sobre a sua personalidade, estado físico ou psicológico.

Art. 24 - Em caso de urgência e levando em consideração a procedência, gravidade e a iminência da coação ou ameaça, a vítima ou testemunha poderá ser colocada provisoriamente sob a custódia de órgão policial, pelo órgão executor, no aguardo de decisão do Conselho Deliberativo, com comunicação imediata a seus membros e ao Ministério Público.

## Capítulo IV

### Da Rede Solidária de Proteção

Art. 25 - A Rede Solidária de Proteção é o conjunto de associações civis, entidades e demais organizações não-governamentais que se dispõem a receber, sem auferir lucros ou benefícios, os admitidos no Programa, proporcionando-lhes moradia e oportunidades de inserção social em local diverso de sua residência.

Parágrafo Único - Integram a Rede Solidária de Proteção as organizações sem fins lucrativos que gozem de reconhecida atuação na área de assistência e desenvolvimento social, na defesa de direitos humanos ou na promoção da segurança pública e que tenham firmado com o Órgão Executor ou com entidade com ele conveniada termo de compromisso para o cumprimento dos procedimentos e das normas estabelecidos no Programa.

## Capítulo V

### Do Serviço de Proteção ao Depoente Especial

Art. 26 - Entende-se por depoente especial:

I - o réu detido ou preso, aguardando julgamento, indicado ou acusado sob prisão cautelar em qualquer de suas modalidades, que testemunhe em inquérito ou processo judicial se dispondo a colaborar efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração possa resultar a identificação de autores, co-autores ou partícipes da ação criminosa, a localização da vítima com sua integridade física preservada ou a recuperação do produto do crime; e

II - a pessoa que, não admitida ou excluída do Programa, corra risco pessoal e colabore na produção da prova.

Art. 27 - O Serviço de Proteção ao Depoente Especial consiste na prestação de medidas de proteção assecuratórias da integridade física e psicológica do depoente especial, aplicadas isoladas ou cumulativamente, consoante as especificidades de cada situação, compreendendo, dentre outras, aquelas já elencadas no artigo 10 desta lei.

§ 1º - A escolha de benefícios do Programa, sempre que houver necessidade de seu deslocamento para prestar depoimento ou participar de ato relacionado a investi-

gação, inquérito ou processo criminal, será efetuada pelo Serviço de Proteção ao Depoente Especial.

§ 2º - Cabe à Secretária de Estado da Segurança Pública, o planejamento e a execução do Serviço de Proteção ao Depoente Especial, para tanto podendo celebrar convênios, acordos, ajustes e termos de parceria com órgãos da Administração Pública e entidades não-governamentais.

Art. 28 - O encaminhamento das pessoas para o Serviço de Proteção ao Depoente Especial poderá ser efetuado pelo Conselho Deliberativo, pelo representante do Ministério Público ou pelo juiz competente para a instrução do processo criminal.

Art. 29 - O atendimento pode ser dirigido ou estendido ao cônjuge ou companheiro, descendentes ou ascendentes e dependentes que tenham convivência habitual com o depoente especial, conforme o especificamente necessário em cada caso.

## **Capítulo VI**

### **Disposições Finais**

Art. 30 - A exclusão da pessoa protegida de programa de proteção a vítimas e a testemunhas poderá ocorrer a qualquer tempo:

- I - por solicitação do próprio interessado;
- II - por decisão do Conselho Deliberativo, em consequência de:
  - a) cessação dos motivos que ensejaram a proteção;
  - b) conduta incompatível do protegido.

Art. 31 - A proteção oferecida pelo programa terá a duração máxima de dois anos.

Parágrafo Único - Em circunstâncias excepcionais, perdurando os motivos que autorizam a admissão, a permanência poderá ser prorrogada, por decisão do Conselho Deliberativo.

Art. 32 - Eventuais omissões desta lei poderão ser sanadas por decreto do chefe do Poder Executivo.

Art. 33 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 13.054/2001.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO  
Presidente e Relator

## **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/2004, que altera os dispositivos de que trata o artigo 7º, da Lei nº 11.071, de 22 de março de 1995, serão excluídas as vantagens regulamentadas pelos artigos 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.077, de 04 de julho de 2003. (cargos de agente de aviação). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Defesa e Apoio à Mulher - CEDAM, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/2004, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Amparo ao Menor Marquêsense, com sede e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Creche Maria Pavan Cerci, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 391/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APROMO - Associação de Apoio à Promoção Profissional do Adolescente, do Município de Umuarama, com sede e foro no mesmo Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cantinho da Criança no Município de Umuarama, com sede e foro no mesmo Município. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 277/2004 de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. (Publ. no DA nº 067/2004, de 05.08.2004).

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 277/2004**

### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 277/2004 de autoria do Exmo. Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, tem por desígnio instituir o



Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná e dá outras providências.

O projeto de lei ora sopesado, tem por escopo fomentar a produção teatral no Estado do Paraná, destinando o valor anual de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para o apoio aos projetos de trabalho continuados de pesquisa de linguagem teatral, bem como para a produção e circulação de espetáculos.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do seu mérito.

Diante da situação ora gizada, observemos que o embasamento legal para o presente projeto de lei encontra-se no artigo 23, V, da Constituição Federal, que ressalta a competência comum para legislar sobre a cultura, como depreendemos da transcrição abaixo:

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

(...)”

Corroborando com este entendimento, a Carta Magna estadual ainda contempla a hipótese tratada por este projeto de lei, resguardando a competência da Assembléia Legislativa para este intento. Observemos:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

(...)

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;”

Deve-se salientar que no corpo do projeto de lei não se observa qualquer ofensa ao baldrame legal e constitucional brasileiro e paranaense.

Portanto, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, obste a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 03.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 277/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 277/2004, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, dispõe sobre a criação do Pro-

grama Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná, e dá outras providências.

Trata-se de proposição que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao teatro paranaense, proporcionando maior acesso da população a produtos culturais.

Pela importância do projeto em prol da cultura paranaense, manifestamos parecer favorável ao seu encaminhamento à elevada deliberação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI Nº 277/2004

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, objetiva instituir o Programa Estadual de Fomento ao Teatro do Estado do Paraná, na forma que especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, assim como a Comissão de Finanças.

Chamada esta Comissão a se manifestar de acordo com o artigo 3º do Regimento Interno, não encontramos óbice que o impeça de seguir sua normal tramitação nesta Casa de Leis, tendo em vista a importância que encerra em seu conteúdo.

Considerando o exposto, o parecer é favorável à aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero primeiramente justificar a ausência do Deputado Ângelo Vanhoni que sofreu uma cirurgia bucal e não pôde estar aqui e nos pediu para fazermos a defesa deste seu projeto e pede também aos Srs. Deputados a sua aprovação.

Este projeto trata, na verdade, de um apoio à cultura no Estado do Paraná, mais especificamente na área teatral. Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para registrar a presença, aqui neste Plenário, da querida Lala Schneider, do Fausto Caiscais, do Luiz Fianni que é o Presidente do Sindicato dos Produtores e Empresários de Artes Cênicas, do Diniz, enfim, de vários artistas e atrizes que aqui vieram para mostrar aos Srs. Deputados que o Estado do Paraná definitivamente tem oportunidade, através deste projeto de mostrar a sua competência, a sua capacidade de expor a nossa cultura para todo Brasil.

Não dá mais para engolirmos que apenas o eixo Rio-São Paulo é que viabiliza a cultura no nosso País. Temos bons artistas e atrizes. Eu mesmo tenho a felicidade de ter uma filha que é atriz. Portanto, a cultura do Estado do Paraná sofreu até os dias de hoje e só a temos graças à abnegação das pessoas que eu citei e de muitas outras que aqui não foram citadas, mas que fazem com sacrifício, sacrifício das suas famílias, sacrifício do lado econômico, porque aqui no nosso Estado ninguém vive de teatro.

Este projeto do Deputado Ângelo Vanhoni que tem contribuído muito para a cultura do nosso Estado; visa retirar uma verba que já é destinada no Orçamento para a Secretaria da Cultura e fazer um aporte para indicações de teatro no nosso Estado.

Portanto, em nome do Deputado Vanhoni, tenho certeza que é um projeto que vai ser abraçado pelos 54 Deputados que têm conhecimento e certeza que a cultura do Paraná engrandece o nosso povo e a nossa gente e vai enaltecer o nosso Estado.

Peço voto SIM neste projeto, não só em nome do Vanhoni, mas em nome dos 54 Srs. Deputados que vão aprovar por unanimidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação.

**Aprovado.**

Antes de passar a presidência ao nosso Presidente Hermas Brandão, lembro aos Srs. Deputados que temos duas Sessões Extraordinárias, uma já convocada e a outra, acabamos de aprovar recentemente.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2071, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2076, de autoria dos Deputados Barbosa Neto, Luiz Carlos Martins e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2077, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2078, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2068, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. RATINHO JÚNIOR (**Pela Ordem**)

Apenas para reafirmar verbalmente esse requerimento, da importância dele, ao Secretário Renato Adur, pedindo para que seja olhado com carinho o nosso litoral, já que tivemos uma tragédia grande, uma fatalidade, com a explosão de um navio no Porto de Paranaguá, mas principalmente no Município de Matinhos, onde o calçadão da orla, que liga Matinhos a Caiobá está desmoronando, fazendo com que os qui-

osques da praia estejam quase dentro do mar, quase sendo levados.

É importante, chegando a época de temporada onde nós vamos receber os turistas do Paraná, de Santa Catarina, do Brasil inteiro, que a nossa praia e o nosso litoral estejam organizados e prontos para receber esses turistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 2074, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Deputado Neivo Beraldin, solicitando que ocupe a tribuna por quinze minutos improrrogáveis.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, não vou usar os quinze minutos.

Eu disse, num aparte ao Deputado Stica e agora quero tornar do conhecimento mais amplo da Casa, que no dia 29 de dezembro de 2003 a Juíza Joceli Ribas tornou os bens indisponíveis de S. Exa. o ex-Governador Jaime Lerner, do Sr. Jaime Tadeu Lichinski, do Sr. José Celapack e Manoel Cid Garcia.

Hoje o Tribunal de Justiça julga uma ação interposta pelo ex-Governador e pelo ex-Secretário de Comunicação, para livrar-se desse caso que diz, em síntese, o seguinte:

“Assim sendo, concedo a liminar, decretando a indisponibilidade de bens dos requeridos tantos quantos bastarem para garantir o ressarcimento ao Erário.

Notifique-se os requeridos em conformidade ao disposto no artigo 17, inciso VII da Lei nº 8429/92.

Cita-se o Estado do Paraná conforme requerido no item IV, oficie-se à Corregedoria da Justiça, comunicando da indisponibilidade de bens, declarada conforme estabelece o item II - 15, da Folha 1.”

Essa ação foi impetrada pelo Ministério Público do Estado do Paraná e que eu tenho o prazer de compartilhar este êxito com todos os membros da CPI do BANESTADO que tiveram acesso aos documentos das auditorias do Banco Central que a CPI conseguiu obter êxito no Banco Central, quebramos o sigilo do Banco do Estado, do Banco Itaú e de 17 Diretores do Banco e ainda, uma empresa não se conformando com os poderes da CPI Estadual, requerer ao Supremo Tribunal Federal que

respondeu, e há hoje um Acórdão onde abre na História, um novo momento de poder das Assembleias Legislativas do País. Todas têm o mesmo poder de quebra de sigilo bancário e fiscal que tem uma CPI Nacional.

Então, todos aqueles Deputados que forem presidir, qual seja a CPI do Estado hoje, podem deliberar diante da Comissão e seus membros e a deliberação está valendo. Se alguém procurar não atender à deliberação da Comissão, simplesmente apresentem o Acórdão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal que há escrito para a informação de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 106, 268/2003 e 277/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 587/2003 e do Projeto de Resolução nº 015/2004.

Levanta-se a Sessão.